

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Cenário do Estado (Campo Grande) Class.: 504

Data: 03.11.85 Pg.: 12

**Índios não têm o
4468
apoio da Justiça**

A Justiça do Estado decidiu ontem desconsiderar um mandado de segurança impetrado pela Delegacia Regional da Funai contra a decisão do juiz de Bela Vista, Otto Bittencourt, que deu ganho de causa ao fazendeiro Libero Monteiro em detrimento da comunidade indígena da Aldeia Piraquá, no litígio sobre 400 hectares de ter-

ras. A Funai baseou o mandado na alegação de que a Justiça local não tem competência para atuar em questões que envolvam os índios, que são da alçada da Justiça Federal, segundo garante o Estatuto do Índio. A situação agora é grave e as consequências são imprevisíveis, garante o delegado Lizio Lili, da Funai.

Justiça contra os índios

4468
Tribunal desconsidera mandado da Funai e mantém decisão do Juiz

Todas as portas estão fechadas para os índios no Mato Grosso do Sul. E isso ficou claro ontem, quando o desembargador Marco Antônio Cândia assinou o documento no qual a Justiça do Estado negava liminar ao mandado de segurança impetrado pelo Departamento Jurídico da Delegacia Regional da Funai contra uma decisão do juiz da Comarca de Bela Vista, Otto Bitencourt Netto, alegando incompetência dele para atuar em ações da esfera da Justiça Federal, uma vez que envolve comunidades indígenas garantidas pelo Estatuto do Índio.

Na verdade, a decisão do Tribunal de Justiça do estado pôs fim a todas as chances que a Funai tinha, a nível imediato, de resolver de vez uma questão da aldeia Piraquá que, para os índios, é ponto passivo que não tem nem por onde discurtir: a terra é dos índios. Segundo o delegado Regional da Funai, o índio Lízio Lili, a Delegacia Regional queimou, com o "mandado de segurança", o último cartucho que tinha para lutar na Justiça comum contra uma decisão que "fere frontalmente o Estatuto do Índio. O próximo passo agora, a ser tomado já na semana que vem, é a entrada de um "Agravo de Instrumento", que é uma medida mais morosa contra a decisão judicial de reintegração de posse ao fazendeiro Líbero Monteiro, dos 400 ha que ele desmatou, e diz ser o dono, na terra indígena.

A Funai perdeu mais uma luta, mas não a batalha, desabou ontem o

índio Lízio Lili, ao afirmar que a Delegacia Regional recebeu competência da presidência da Funai para brigar até onde possa pela manutenção dos 400 hectares de uma área de 2.300 hectares que os índios possuem em Piraquá, município de Bela Vista. Segundo Lili, essas terras são dos índios no todo como já ficou provado através de levantamentos antropológicos que, por sinal, deram base para que a Funai entrasse com um interdito da área em 17 de junho de 1985. A situação é óbvia, garante o departamento jurídico da Funai, que ainda não sabe onde a Justiça foi buscar bases para garantir a posse ao fazendeiro Líbero Monteiro, já que nem o documento que ele diz ter de posse sobre as terras tem comprovação de absoluta validade.

Nesse emaranhado de ações, a Funai briga praticamente sozinha. A Justiça, instância em que poderia se amparar para fazer valer o direito dos índios é contra eles. O governo do Estado prefere agir com a chamada "política de boa vizinhança"; não quer ir contra a decisão judicial mas não se decide a cumprir a determinação do juiz, alegando que a Justiça tem que marcar uma data para que a Polícia Militar possa agir.

A situação é delicada. À margem de todas as questões judiciais os índios Caiuás e Guaranis permanecem na área alheios a qualquer intenção de sair do local. Eles não brigam por mais terras, mantêm-se firmes no direito adquirido ao longo de anos, que garante a eles a terra onde estão sepulta-



Lili: "perdemos uma luta, não a batalha"

dos todos os antepassados das tribos. Ao índio perder um pedaço de terra significa abrir mão da própria cultura porque, como diz Lízio Lili, "não se pode falar em cultura de índio sem a terra do índio".

Uma outra questão delicada e, segundo Lízio Lili, mais grave é a posição dos índios — cerca de 200 entre Caiuás e Guaranis — com relação a uma tentativa de retirada à força. "Os índios podem reagir e estão preparados para isso", admite o delegado regional da Funai. Partindo desse pressuposto a Fundação teme que possa haver derramamento de sangue na aldeia. A polícia agirá com serenidade e sem agredir os índios, garantiu esta semana o secretário de Segurança, Aleixo Paraguassu, mas o problema é saber até que ponto os policiais esta-

riam dispostos a não agir contra uma investida indígena.

Este final de semana o delegado Lízio Lili viaja para a aldeia. Lá, vai ouvir a posição dos índios que trará depois e repassará ao governo e às autoridades competentes. Lízio teme, também, que possa ocorrer na área o mesmo episódio que marcou o desaparecimento do líder indígena Marçal de Souza (Marçal Guarani), morto por fazendeiros ao defender as terras indígenas. E, nesse caso, o risco escorre sobre a segurança do líder indígena Lázaro Morel, tido como a "resistência" dos índios de Piraquá e região. O problema tem passado leve, segundo a Funai, mas é muito mais grave do que estão tentando fazer parecer, como indicou o delegado regional Lízio Lili.